

Análise das Interações da Audiência Pública da CAS sobre Impactos da Pejotização: direitos trabalhistas, condições de trabalho, economia e segurança jurídica – 29/05/2025 – Gerado por IA

Este resumo tem como objetivo apresentar uma visão geral das **193 participações de cidadãos** na audiência pública sobre "Impactos da Pejotização: direitos trabalhistas, condições de trabalho, economia e segurança jurídica", promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 29 de maio de 2025. A análise a seguir classifica as perguntas e comentários em temas principais, buscando sintetizar a opinião do público para os senadores.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 193

Temas Principais:

- 1. Impactos nos Direitos Trabalhistas e Condições de Trabalho (40%):** As interações neste tema abordam a perda de direitos fundamentais como FGTS, INSS, férias e licença-maternidade, além da precarização geral das condições de trabalho em decorrência da pejotização. Muitos participantes manifestam preocupação com a falta

de segurança jurídica e a coação que os trabalhadores sofrem para aceitar contratos PJ a fim de manter seus empregos.

Exemplo: *"A pejotização enfraquece direitos, precariza relações de trabalho e gera insegurança jurídica, apesar de aliviar custos às empresas."* - (Alessandra C, PR)

2. Atuação e Déficit de Auditores Fiscais do Trabalho (AFTs) (30%):

Este tema concentra uma forte demanda pela convocação de todos os aprovados no concurso de AFTs. A medida é vista como urgente para combater a pejotização irregular e garantir a fiscalização das relações de trabalho, com muitos questionando como é possível enfrentar o problema com o número reduzido de fiscais.

Exemplo: *"Como combater a pejotização com o menor número de Auditores-Fiscais do Trabalho dos últimos 30 anos?"* - (Ana C, PR)

3. Impactos Econômicos e Previdenciários (15%):

As interações aqui demonstram preocupações com a redução da arrecadação previdenciária, o impacto no financiamento da seguridade social e as consequências a longo prazo para o sistema previdenciário brasileiro.

Exemplo: *"A pejotização impacta negativamente a arrecadação previdenciária e o financiamento da seguridade social?"* - (Ana P, PR)

4. Necessidade de Regulamentação e Segurança Jurídica (10%):

Este tema levanta questionamentos sobre a necessidade de regulamentar a pejotização, a fim de diferenciar contratações legítimas de fraudes, garantir direitos e equilibrar a flexibilidade com a proteção social dos trabalhadores.

Exemplo: *"O que está sendo pensado para diferenciar a legítima contratação de pessoas jurídicas da pejotização fraudulenta, para segurança jurídica?"* - (Ana C, SP)

5. Visão Geral e Casos Específicos (5%): Este tema abrange opiniões diversas sobre a pejotização, desde considerá-la uma evolução natural do mercado até vê-la como uma forma de precarização disfarçada. Também são citados casos específicos, como a situação de veterinários e trabalhadores de aplicativos, ilustrando a variedade de experiências e perspectivas sobre o tema.

Exemplo: "Na Medicina Veterinária com a proliferação de clínicas e hospitais criou a prática de pejotização para trabalhos escala 6x1 e plantão 12h" (Henrique M, SP)

Em conclusão, as participações dos cidadãos na audiência pública promovida pela CAS revelam uma forte preocupação com a pejotização e seus efeitos. Os principais temas abordados foram a precarização dos direitos trabalhistas e das condições de trabalho, a insuficiência da fiscalização devido ao déficit de AFTs, os impactos negativos na economia e na previdência social, e a necessidade urgente de regulamentação para garantir segurança jurídica. O posicionamento predominante é de alerta para os riscos da pejotização descontrolada e de defesa de medidas que protejam os trabalhadores e assegurem um sistema previdenciário sustentável.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34007>.